



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

15 DE AGOSTO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA INS-
TALAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO
PARA A REFORMULAÇÃO DO SISTE-
MA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO

Esta é uma solenidade que eu considero da maior importância para o Governo. Importância que se reveste do prestígio que a ela está dando a presença de todos os Senhores, aqui trazendo a contribuição da reflexão profunda que todos têm, interessados na solução dos problemas habitacionais brasileiros.

O sistema habitacional brasileiro é um dos assuntos mais polêmicos deste País. As causas de suas dificuldades têm sido identificadas. Quando chegamos ao terreno das soluções, elas não têm aparecido com a mesma nitidez. O desejo do Governo, ao criar esta Comissão, é fazer um estudo em profundidade do problema habitacional, identificando causas do seu fracasso e procurando encontrar o caminho de soluções. Como o Governo tem presente, na sua orientação, que não é dono da sabedoria infinita, nem das soluções milagrosas, busca, neste

Grupo de Trabalho composto das pessoas mais representativas do setor, meditar, receber sugestões, avaliar desempenhos e sugerir soluções que possam ser soluções efetivas, com resultados que venham a aparecer e que sejam considerados bons para o sistema. Esta é a finalidade da Comissão.

Consideramos que o problema habitacional não tem somente o aspecto financeiro. Muitas vezes nós generalizamos na afirmação do Sistema Financeiro da Habitação, mas ele conta, sobretudo, com uma conotação social e esta conotação social também estará presente no estudo das soluções a serem encontradas pela Comissão ora criada. O Governo tem absoluta certeza de que assim procedendo está mantendo a sua linha de ouvir a sociedade, a fim de que ela tenha cada vez mais participação nas decisões, porque somente decisões consensuais podem ter sentido duradouro. As decisões que não são consensuais tendem a encontrar resistências e essas resistências anulam as motivações maiores que se possa ter no exame e no estudo de um problema. Assim, nós desejamos seguir um rumo definitivo ao encarar o problema habitacional do País e que as soluções não apresentem aquele caráter das providências que o Governo tem tomado neste setor, isto é, o caráter da accidentalidade.

Queremos realizar obra mais profunda, mais consistente e mais definitiva. Entregamos a Presidência da Comissão a um dos homens de maior experiência no setor público do País, que é o Dr. Rafael de Almeida Magalhães. E todos que fazem parte da Comissão são representativos dos seus setores. Nós muito esperamos do seu trabalho.